



Faculdade de Direito da UFMG

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

Versão Curricular: 2022/2

Código e Nome da disciplina: DIC073 TÓPICOS EM DIREITO EMPRESARIAL A – Prática em Direito Empresarial

Tipo: () Obrigatória (X) Optativa

Carga horária: 60 horas-aula **Créditos:** 4 **Período:** não se aplica

Pré-requisitos/conhecimentos prévios: Direito Empresarial I e II

Ementa

Do ato constitutivo ao exercício da atividade empresária na prática. O exercício individual da empresa. O exercício da empresa por pessoas jurídicas de direito privado. Outros contratos e atos societários. O estabelecimento empresarial e seus elementos. Processo empresarial. Ações judiciais no exercício da empresa. Litígios societários. Desafios judiciais no exercício da empresa. Ações judiciais na falência.

Unidades de Ensino

Primeira parte – do ato constitutivo ao exercício da atividade empresária na prática

Unidade 1 - O exercício individual da empresa: Empresário individual ou EIRELI; Etapas de inscrição do empresário individual; Ampliação da proteção ao nome empresarial; Enquadramento e desenquadramento como ME ou EPP; A situação específica do Microempreendedor Individual – MEI.

Unidade 2 - O exercício da empresa por pessoas jurídicas de direito privado: EIRELI ou sociedade; Etapas de constituição de EIRELI; Etapas de constituição de sociedade limitada; Etapas de constituição de sociedade anônima fechada e aberta; Procedimentos perante a Junta Comercial e a CVM; Estudo de atos constitutivos e relevância de regras contratuais na prevenção de conflitos; Arbitragem ou Justiça Comum; Extinção de sociedades.

Unidade 3 - Outros contratos e atos societários: Ato constitutivo da sociedade em comum; Ato constitutivo da sociedade em conta de participação; Edital de convocação, atas de assembleias e de reunião de sócios e respectivo registro; A problemática da exclusão extrajudicial de sócio; Alterações contratuais e



Faculdade de Direito da UFMG

estatutárias; Procedimento de registro; A hipótese de falecimento de sócio; Transferência de participações societárias; Acordos de sócios; Oponibilidade entre as partes e perante terceiros.

Unidade 4 - O estabelecimento empresarial e seus elementos: Contratos de trespasse, arrendamento e usufruto; Contrato de arrendamento de estabelecimento e contrato de locação de imóvel; A aquisição de estabelecimento empresarial em processos de recuperação judicial e de falência; Os bens da propriedade industrial e o processo administrativo no INPI; Licença e cessão de direito industrial; A situação específica do contrato de franquia; Outras criações intelectuais juridicamente tuteladas e como protegê-las na prática.

Segunda parte – Processo Empresarial

Unidade 5 - Ações judiciais e arbitragem no exercício da empresa: O financiamento da atividade empresária e as ações revisionais de contrato bancário; Ações revisionais de aluguel e ações renovatórias de contrato de locação; Ações judiciais no âmbito da propriedade intelectual; Empresário x consumidor. Cancelamento ou sustação de protesto de títulos de crédito; Contratos empresariais e discussão de cláusulas contratuais; A arbitragem no Direito Empresarial.

Unidade 6 - Litígios societários: As tutelas de urgência e de evidência no Direito Societário; A prestação de contas no âmbito do Direito Societário; Exibição de documentos e livros empresariais; Afastamento e destituição de administrador, bem como nomeação de administrador judicial; Nulidade ou anulabilidade de deliberações de sócios, de cláusulas de ato constitutivo, bem como de acordos parassocetários; A cobrança de dividendos sociais; Dissolução parcial de sociedade e/ou apuração de haveres sociais. Desligamento ou exclusão de sócio; Liquidação judicial; Dissolução total de sociedade; Outras ações judiciais.

Unidade 7 - Desafios judiciais no exercício da empresa: Pedido de falência; Penhora de participações societárias e de faturamento, bloqueio de bens; Direito de Família e Direito Empresarial; Direito das Sucessões e Direito Empresarial; Desconsideração da personalidade jurídica.

Unidade 8 - Ações judiciais na falência: O prosseguimento das ações com o administrador judicial e a atuação do falido; Ação de restituição de bens; Ação revocatória de atos praticados pelo falido; Ação de extensão dos efeitos da falência; Falências transnacionais e cooperação entre juízes; Outras medidas voltadas para a defesa dos direitos e interesses da massa falida.

Bibliografia Básica

1 - CORRÊA-LIMA, Osmar Brina; CORRÊA LIMA, Sérgio Mourão. Comentários à nova lei de falências e recuperação de empresa: Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

2 – PEREIRA, Guilherme Setoguti J.; YARSHELL, Flávio Luiz (Coord.). Processo societário. São Paulo: Quartier Latin, 2012.



Faculdade de Direito da UFMG

3 - PEREIRA, Guilherme Setoguti J.; YARSHELL, Flávio Luiz (Coord.). Processo societário II. Adaptado ao novo CPC – Lei n. 13.105/2015. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

Bibliografia Complementar

- 1 - COSTA, Daniel Carnio (Coord.). Comentários completos à lei de recuperação de empresas e falências. v. I, II e III. São Paulo: Juruá, 2015.
- 2 - DI BLASI, Gabriel. A propriedade industrial. Os sistemas de marcas, patentes e desenhos industriais analisados a partir da Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- 3 - FONSECA, Priscila M. P. Corrêa; SZTAJN, Rachel. Código civil comentado, volume XI: direito de empresa, artigos 887 a 926 e 966 a 1.195. Colaboração de Eliseu Martins. Coordenador Álvaro Villaça Azevedo. São Paulo: Atlas, 2008.
- 4 - GONÇALVES NETO, Alfredo Assis. Direito de Empresa. Comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- 5 – MARTINS, Pedro A. Batista. Arbitragem no direito societário. São Paulo: Quartier Latin, 2012.